

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	40
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	41
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	42
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	43
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	426.568.491
Preferenciais	0
Total	426.568.491
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.709.348	1.491.065
1.01	Ativo Circulante	26.604	25.372
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	12.983	10.372
1.01.03	Contas a Receber	7.701	8.774
1.01.03.01	Clientes	7.701	8.730
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	44
1.01.03.02.01	Contas a Receber - Parte Realacionadas	0	44
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.506	3.863
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.506	3.863
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.212	2.236
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	202	127
1.01.08.03	Outros	202	127
1.02	Ativo Não Circulante	1.682.744	1.465.693
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	20.625	12.044
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	245	4.769
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	245	4.769
1.02.01.06	Tributos Diferidos	11.341	0
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.341	0
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	1.283	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	7.756	7.275
1.02.01.09.03	Déposito judiciais	7.756	7.275
1.02.03	Imobilizado	2.728	2.112
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.728	2.112
1.02.04	Intangível	1.652.901	1.443.162
1.02.04.01	Intangíveis	1.652.901	1.443.162
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.652.901	1.443.162
1.02.05	Diferido	6.490	8.375

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.709.348	1.491.065
2.01	Passivo Circulante	231.607	115.969
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.709	6.106
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.709	6.106
2.01.02	Fornecedores	20.932	16.231
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	20.932	16.231
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.863	3.063
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.355	1.619
2.01.03.01.02	Outros tributos federais	4.355	1.619
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.508	1.444
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	55.364	36.357
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	55.364	36.357
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	55.364	36.357
2.01.05	Outras Obrigações	119.358	33.500
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	108.339	24.120
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	6.931	327
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	101.408	23.793
2.01.05.02	Outros	11.019	9.380
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	6.753	8.398
2.01.05.02.05	Taxa de fiscalização	379	342
2.01.05.02.07	Outras contas a pagar	3.887	640
2.01.06	Provisões	23.381	20.712
2.01.06.02	Outras Provisões	23.381	20.712
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	15.059	0
2.01.06.02.05	Provisão para investimentos em rodovias	8.322	20.712
2.02	Passivo Não Circulante	941.579	1.012.089
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	642.244	662.578
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	642.244	662.578
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	642.244	662.578
2.02.02	Outras Obrigações	264.889	310.550
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	263.945	309.112
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	263.945	309.112
2.02.02.02	Outros	944	1.438
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	944	1.438
2.02.03	Tributos Diferidos	0	861
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	861
2.02.04	Provisões	34.446	38.100
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.897	2.250
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.897	2.250
2.02.04.02	Outras Provisões	31.549	35.850
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	31.549	35.850
2.03	Patrimônio Líquido	536.162	363.007
2.03.01	Capital Social Realizado	508.289	311.289
2.03.01.01	Capital Subscrito	676.289	311.289
2.03.01.02	(-) Capital a Integralizar	-168.000	0
2.03.04	Reservas de Lucros	27.873	51.718

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	109.694	343.938	123.976	340.167
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-100.858	-315.330	-111.895	-299.942
3.03	Resultado Bruto	8.836	28.608	12.081	40.225
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.261	-13.043	-4.429	-14.861
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.344	-13.254	-4.429	-14.861
3.04.02.01	Despesas admnistrativas	-4.986	-12.177	-3.937	-13.674
3.04.02.02	Remuneração da administração	-358	-1.077	-368	-1.036
3.04.02.03	Tributárias	0	0	-124	-151
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	83	211	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.575	15.565	7.652	25.364
3.06	Resultado Financeiro	-19.100	-51.612	-12.229	-29.372
3.06.01	Receitas Financeiras	308	1.709	925	5.263
3.06.01.01	Receitas Financeiras	308	1.709	925	5.263
3.06.02	Despesas Financeiras	-19.408	-53.321	-13.154	-34.635
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-19.408	-53.321	-13.154	-34.635
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-15.525	-36.047	-4.577	-4.008
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	5.262	12.202	1.589	1.406
3.08.01	Corrente	0	0	-59	-1.355
3.08.02	Diferido	5.262	12.202	1.648	2.761
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-10.263	-23.845	-2.988	-2.602
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-10.263	-23.845	-2.988	-2.602
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,02592	-0,08041	-0,01575	-0,01371
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,02592	-0,08041	-0,01575	-0,01371

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-10.263	-23.845	-2.988	-2.602
4.03	Resultado Abrangente do Período	-10.263	-23.845	-2.988	-2.602

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	10.655	13.163
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	65.124	58.810
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido	-23.845	-2.602
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	39.550	27.669
6.01.01.04	Baixa de ativos permanentes	0	4
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-12.202	-2.761
6.01.01.07	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-457	-959
6.01.01.08	Juros e variações monetárias sobre mútuos	23.413	22.857
6.01.01.09	Juros e variações monetárias sobre empréstimos	26.211	8.325
6.01.01.11	Despesas/ (receitas) financeiras dos ajustes a valor presente	1.806	1.180
6.01.01.12	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	1.713	1.532
6.01.01.13	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	8.935	3.565
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-53.135	-45.102
6.01.02.01	Contas a receber	1.029	191
6.01.02.02	Contas a receber partes relacionadas	44	257
6.01.02.03	Impostos a recuperar	187	-1.941
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-481	1.756
6.01.02.06	Fornecedores	-3.645	2.554
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas	-242	-24
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores	-2.185	-44
6.01.02.09	Obrigações sociais	603	2.004
6.01.02.10	Obrigações fiscais	-1.902	889
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-1.441
6.01.02.15	Outras contas a pagar	3.228	474
6.01.02.17	Taxa de fiscalização	0	23
6.01.02.18	Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	-1.066	-900
6.01.02.19	Despesas antecipadas sobre empréstimos	0	-5.797
6.01.02.20	Pagamento de juros - federais	-48.705	-43.103
6.01.03	Outros	-1.334	-545
6.01.03.01	Estoques	0	138
6.01.03.02	Despesas antecipadas	-1.259	-707
6.01.03.04	Outros créditos	-75	24
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-196.086	-213.958
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-285	-637
6.02.02	Adições ao intangível	-200.799	-216.827
6.02.04	Aplicação financeira vinculada	-11.073	-10.694
6.02.05	Valor resgatado das aplicações vinculadas	16.071	14.200
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	188.042	133.425
6.03.01	Captações de empréstimos	16.939	81.342
6.03.02	Pagamentos de empréstimos - principal	-25.897	-17.774
6.03.05	Pagamentos de debêntures - principal	0	-22.500
6.03.07	Captação de empréstimos empresas ligadas	0	84.003
6.03.08	Pagamentos de principal - empresas ligadas	0	-40.000
6.03.09	Pagamentos de juros - empresas ligadas	0	-1.981

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.03.12	Pagamentos de dividendos	0	-2.665
6.03.14	Aumento de capital	197.000	53.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.611	-67.370
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.372	81.731
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	12.983	14.361

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	311.289	0	51.718	0	0	363.007
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	311.289	0	51.718	0	0	363.007
5.04	Transações de Capital com os Sócios	197.000	0	0	0	0	197.000
5.04.01	Aumentos de Capital	197.000	0	0	0	0	197.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-23.845	0	-23.845
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-23.845	0	-23.845
5.07	Saldos Finais	508.289	0	51.718	-23.845	0	536.162

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	224.289	4.013	57.192	0	0	285.494
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	224.289	4.013	57.192	0	0	285.494
5.04	Transações de Capital com os Sócios	53.000	0	0	0	0	53.000
5.04.01	Aumentos de Capital	53.000	0	0	0	0	53.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.602	0	-2.602
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.602	0	-2.602
5.07	Saldos Finais	277.289	4.013	57.192	-2.602	0	335.892

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
7.01	Receitas	356.188	351.455
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	137.529	129.358
7.01.02	Outras Receitas	218.659	222.097
7.01.02.01	Receitas dos serviços de construção	217.523	221.438
7.01.02.02	Outras	1.136	659
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-268.777	-265.253
7.02.04	Outros	-268.777	-265.253
7.02.04.01	Custos dos Serviços Prestados	-24.186	-25.651
7.02.04.02	Custos dos Serviços de Construção	-217.523	-221.438
7.02.04.03	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-8.729	-2.557
7.02.04.04	Custos da Concessão	-5.358	-5.155
7.02.04.05	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-8.935	-3.565
7.02.04.06	Outros	-4.046	-6.887
7.03	Valor Adicionado Bruto	87.411	86.202
7.04	Retenções	-39.550	-27.669
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-39.550	-27.669
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	47.861	58.533
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	40.785	40.416
7.06.02	Receitas Financeiras	1.709	5.263
7.06.03	Outros	39.076	35.153
7.06.03.02	Juros Capitalizados	39.076	35.153
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	88.646	98.949
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	88.646	98.949
7.08.01	Pessoal	19.095	20.300
7.08.01.01	Remuneração Direta	14.457	15.902
7.08.01.02	Benefícios	3.695	3.344
7.08.01.03	F.G.T.S.	943	1.054
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	681	10.033
7.08.02.01	Federais	-6.230	3.543
7.08.02.02	Estaduais	1	0
7.08.02.03	Municipais	6.910	6.490
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	54.304	45.093
7.08.03.01	Juros	26.220	6.544
7.08.03.02	Aluguéis	1.152	1.433
7.08.03.03	Outras	26.932	37.116
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	24.079	31.886
7.08.03.03.02	Despesas Financieras	2.853	5.230
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-23.845	-2.602
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-23.845	-2.602
7.08.05	Outros	38.411	26.125
7.08.05.01	Juros	23.414	22.858
7.08.05.02	Juros Capitalizados	14.997	3.267

Comentário do Desempenho

Autopista Fluminense

São Gonçalo-RJ, 10 de novembro de 2016 – A Concessionária Autopista Fluminense S/A comenta seu resultado relativo ao terceiro trimestre de 2016 (3T16), findo em 30 de setembro de 2016. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 bem como os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes)

- No 3T16 o tráfego pedagiado foi de 10.311mil veículos equivalentes. Em relação ao 3T15 o tráfego foi 8% inferior. Na comparação com o 2T16 houve um aumento de 4%. A redução em relação ao 3T16 se deve a desaceleração da economia.

Receita Operacional Bruta

- No 3T16 a Autopista Fluminense obteve uma receita operacional bruta de R\$ 113,9 milhões contra R\$ 112,9 milhões do 2T16 e R\$ 127,8 milhões do 3T15. A receita bruta de pedágio registrou um acréscimo de 8,9% em comparação ao mesmo período de 2015 (R\$ 46,4 milhões x R\$ 42,6 milhões) que se justifica pelo reajuste da tarifa de pedágio realizado em fevereiro de 2016. Compõe a variação da Receita Bruta as Receitas de Obras que resultou em um decréscimo de 21,5% em comparação a 2015 devido ao menor volume de obras executadas no período.

Custos e Despesas

- Os custos e despesas operacionais diminuíram 14,3% em relação ao 3T15. O maior impacto dessa redução se deve ao Custo dos Serviços de Construção que ficou 21,5% abaixo do 3T15 (R\$ 66,7 milhões x R\$ 84,9 milhões), em função do menor volume de obras executadas nesse período, sendo a contrapartida dos mesmos valores considerados como Receita de Obras anulando assim o efeito sobre o resultado da Companhia (aplicação do ICPC 01). O Custo dos Serviços Prestados ficou 13,2% acima (R\$ 16,5 milhões x R\$ 14,6 milhões); Em contrapartida a essa redução as Despesas Administrativas tiveram um aumento de 27,1%(R\$ 4,9 milhões x R\$ 3,9 milhões).

EBITDA e EBITDA Ajustado

- A Companhia registrou EBITDA de R\$ 18,4 milhões no 3T16 com um aumento de 10% se comparamos aos R\$ 16,7 milhões apresentado no 2T16, comparado ao mesmo período do ano passado teve um aumento de 6%.
- O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos da provisão de manutenção de rodovias advinda da adoção do ICPC01, encerrou o 3T16 em R\$ 21,2 milhões, com aumento de 6,1% em relação ao 3T15 e aumento de 6,8% em relação ao 2T16. Essa variação foi gerada, principalmente, pelos menores custos registrados no período.

Comentário do Desempenho

Autopista Fluminense

Resultado Financeiro

- O resultado financeiro líquido do 3T16 foi negativo em R\$ 19,1 milhões, decorrente principalmente dos juros sobre o empréstimo com o BNDES, pelos juros sobre mútuos com a controladora e debêntures. No 3T15 o resultado financeiro líquido também foi negativo em R\$ 12,2 milhões.

Lucro/ Prejuízo Líquido

- A Autopista Fluminense obteve no 3T16 um prejuízo de R\$ 10,2 milhões representando um aumento 243,5% em relação ao mesmo período do ano anterior 3T15 de R\$ 2,9 milhões. O resultado está justificado principalmente pelos maiores custos registrado no período.

Endividamento

- O endividamento bruto da concessionária encerrou o 3T16 em R\$ 697,6 milhões, ante R\$ 674,7 milhões registrado no 3T15, devido às liberações de subcréditos do empréstimo de longo prazo contratado junto ao BNDES. Já o endividamento líquido encerrou 3T16 em R\$ 439,7 milhões contra R\$ 653,5 milhões do 3T15 devido também às liberações do empréstimo com o BNDES.

Investimentos

- No 3T16, foram investidos R\$ 62,9 milhões em cumprimento do cronograma de investimentos do contrato de concessão. Entre os principais investimentos realizados, cabe destacar as seguintes obras: duplicação da BR-101/RJ, entre os municípios de Macaé e Campos dos Goytacazes e a terceira faixa da Avenida do Contorno; recuperação do pavimento da rodovia; construção de passarelas e implantação de pórticos e pontos de ônibus.

Comentário do Desempenho

Autopista
Fluminense

ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	3T16	2T16	3T15	Var% 3T16/2T16	Var% 3T16/3T15
Fluminense	10.311	9.912	11.210	4,0%	-8,0%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					
(em R\$ Mil)					
	3T16	2T16	3T15	Var% 3T16/2T16	Var% 3T16/3T15
RECETA OPERACIONAL BRUTA	113.824	112.992	127.774	0,7%	-10,9%
Receitas de pedágio	46.401	44.634	42.625	4,0%	8,9%
Receitas de obras	66.669	68.303	84.949	-2,4%	-21,5%
Receitas acessórias	754	55	200	1270,9%	277,0%
DEDUÇÕES DA RECETA	(4.130)	(3.871)	(3.798)	6,7%	8,7%
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA	109.694	109.121	123.976	0,5%	-11,5%
CUSTOS E DESPESAS	(91.247)	(92.348)	(106.525)	-1,2%	-14,3%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depre	(16.553)	(16.839)	(14.623)	-1,7%	13,2%
Custo dos serv. de construção	(66.669)	(68.303)	(84.949)	-2,4%	-21,5%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreci	(4.964)	(3.868)	(3.905)	28,3%	27,1%
Remuneração da administração	(358)	(357)	(368)	0,3%	-2,7%
Despesas tributárias	-	-	(124)	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(2.786)	(3.099)	(2.556)	-10,1%	9,0%
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	83	118	-	-29,7%	-
EBITDA	18.447	16.773	17.451	10,0%	5,7%
Margem EBITDA	16,8%	15,4%	14,1%		
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(14.872)	(13.498)	(9.798)	10,2%	51,8%
Depreciação de imobilizado	(22)	(21)	(32)	4,8%	-31,3%
Amortização do intangível	(14.216)	(12.843)	(9.133)	10,7%	55,7%
Amortização do diferido	(634)	(634)	(633)	0,0%	0,2%
RESULTADO FINANCEIRO	(19.100)	(17.827)	(12.230)	7,1%	56,2%
Receitas financeiras	308	533	925	-42,2%	-66,7%
Despesas financeiras	(19.408)	(18.360)	(13.155)	5,7%	47,5%
LUCRO ANTES DOS EFETOS TRIBUTÁRIOS	(15.525)	(14.552)	(4.577)	6,7%	239,2%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	5.262	4.928	1.589	6,8%	231,2%
Corrente	-	-	(59)	-	-
Diferido	5.262	4.928	1.648	6,8%	219,3%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(10.263)	(9.624)	(2.988)	6,6%	243,5%

EBITDA AJUSTADO					
(em R\$ Mil)					
	3T16	2T16	3T15	Var% 3T16/2T16	Var% 3T16/3T15
EBITDA ¹	18.447	16.773	17.451	10,0%	5,7%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	2.786	3.099	2.556	-10,1%	9,0%
EBITDA Ajustado ²	21.233	19.872	20.007	6,8%	6,1%

¹) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

²) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01

A Concessionária Autopista Fluminense S/A é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os *websites* www.arteris.com.br e www.cvm.gov.br (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC, FR e outras informações”).

Notas Explicativas

Autopista Fluminense **S.A.**

Informações trimestrais para o trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REFERENTES AO TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fluminense S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de São Gonçalo, Estado de Rio de Janeiro, Brasil, situada na Avenida São Gonçalo nº 100 - Unidade 101. Constituída em Assembleia Geral de 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário-BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa do RJ/ES e Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/007, publicado pela ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 30 de setembro de 2016 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$205.003.

A geração de caixa, somada capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo é adequada para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos, e para manter um nível de alavancagem adequado às obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, através da evolução do tráfego pedagiado e reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por recursos captados no mercado de capitais através da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários, a Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

No trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 10 de novembro de 2016.

2. CONCESSÕES

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação a 31 de dezembro de 2015, exceto pelo mencionado abaixo:

Notas Explicativas

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$2.665. A partir de 30 de setembro de 2016 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$43.528 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão.

A Sociedade estima em 30 de setembro de 2016, o montante de R\$1.018.004 (R\$934.119 em 31 de dezembro de 2015 referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$340.845 (R\$399.762 em 31 de dezembro de 2015 referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Os valores referentes a 30 de setembro de 2016 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

A Sociedade vêm negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 30 de setembro de 2016 estas obras estão estimadas em R\$1.241.016.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demais informações relativas a: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, divulgadas em 29 de março de 2016 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras trimestrais, considerando as atualizações a seguir:

Notas Explicativas

Passivos ajustados ao seu valor presente

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas. A Administração revisou a taxa de desconto que passou a ser de 6,40% a.a. em 30 de setembro de 2016 (6,35% a.a em 31 de dezembro de 2015). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco.

Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulante</u>	<u>30.09.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Provisão para investimento em rodovias - real	8.361	20.907
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	<u>8.322</u>	<u>20.712</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(39)</u>	<u>(195)</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	15.589	-
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>15.059</u>	<u>-</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(530)</u>	<u>-</u>
<u>Não circulante</u>		
Provisão para manutenção em rodovias - real	37.052	42.250
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>31.549</u>	<u>35.850</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(5.503)</u>	<u>(6.400)</u>

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>30.09.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Caixa e contas bancárias	2.578	2.116
Aplicações financeiras (*)	<u>10.405</u>	<u>8.256</u>
Total	<u>12.983</u>	<u>10.372</u>

(*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média, a 99,62% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

Notas Explicativas**6. CONTAS A RECEBER**

Estão representados por:

	<u>30.09.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	7.200	8.378
Cartões de pedágio a receber	488	351
Receitas acessórias a receber	13	1
Total	<u><u>7.701</u></u>	<u><u>8.730</u></u>

(*) Conforme nota explicativa nº 24.c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de setembro 2016. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

<u>Ativo (passivo) não circulante</u>	<u>30.09.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Bases do passivo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	26.078	4.297
Provisão de participação nos lucros	1.843	2.390
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	2.897	2.250
Outras provisões	1.892	1.263
Provisão para manutenção	46.608	35.850
Amortização acumulada de obras futuras	3.748	3.547
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	3.625	3.642
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças passivas de intangível, diferido e imobilizado, líquidas	(59.598)	(59.598)
Amortização passiva dos ajustes - mudança de práticas contábeis	5.741	3.281
Estorno de capitalização de juros	578	578
Amortização Estorno de capitalização de juros	(56)	(32)
Base de cálculo	<u>33.356</u>	<u>(2.532)</u>
Alíquota real combinada	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social	<u><u>11.341</u></u>	<u><u>(861)</u></u>

a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.

b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

Notas Explicativas

- c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, serão em:

<u>Passivo não circulante</u>	
2016	9
2017	3.667
2018	3.184
2019	3.184
Após 2020	1.297
	<u>11.341</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 30 de setembro de 2016 o saldo é de R\$245 (R\$4.769 em 31 de dezembro de 2015), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 96,67% da variação do CDI.

Notas Explicativas

9. IMOBILIZADO

A movimentação em 30 de setembro de 2016 é como segue:

	Móveis, Utensílios e Instalações	Computadores e Periféricos	Veículos	Instalações, Edifícios e Dependências	Máquinas e Equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2015	617	985	22	594	1.418	3.636
Adições	43	-	100	50	92	285
Transferências / Reclassificações	39	13	220	-	302	574
Saldo em 30.09.2016	699	998	342	644	1.812	4.495
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2015	(294)	(360)	(9)	(365)	(496)	(1.524)
Depreciações	(49)	(32)	(5)	(44)	(113)	(243)
Saldo em 30.09.2016	(343)	(392)	(14)	(409)	(609)	(1.767)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2015	323	625	13	229	922	2.112
Saldo em 30.09.2016	356	606	328	235	1.203	2.728
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	4%	10%	

Notas Explicativas

A movimentação em 30 de setembro de 2015 é como segue:

	Móveis, Utensílios e Instalações	Computadores e Periféricos	Veículos	Instalações, Edifícios e Dependências	Máquinas e Equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2014	563	616	9	594	1.146	2.928
Adições	56	372	13	-	196	637
Alienações/baixas	(2)	(3)				(5)
Saldo em 30.09.2015	<u>617</u>	<u>985</u>	<u>22</u>	<u>594</u>	<u>1.342</u>	<u>3.560</u>
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2014	(235)	(329)	(9)	(306)	(366)	(1.245)
Depreciações	(45)	(84)	-	(45)	(71)	(245)
Alienações/baixas		1				1
Saldo em 30.09.2015	<u>(280)</u>	<u>(412)</u>	<u>(9)</u>	<u>(351)</u>	<u>(437)</u>	<u>(1.489)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2014	328	287	-	288	780	1.683
Saldo em 30.09.2015	337	573	13	243	905	2.071
Taxas de depreciação - %	10%	20%	20%	4%	10%	

Notas Explicativas

10. INTANGÍVEL

A movimentação em 30 de setembro de 2016 é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2015	798.267	1.181	739.930	142	1.539.520
Adições / Reversões	96.947	734	148.991	1.063	247.735
Transferências / Reclassificações	237.553	5	(238.132)	-	(574)
Saldo em 30.09.2016	<u>1.132.767</u>	<u>1.920</u>	<u>650.789</u>	<u>1.205</u>	<u>1.786.681</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2015	(95.879)	(479)	-	-	(96.358)
Amortizações	(37.391)	(31)	-	-	(37.422)
Saldo em 30.09.2016	<u>(133.270)</u>	<u>(510)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(133.780)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2015	702.388	702	739.930	142	1.443.162
Saldo em 30.09.2016	999.497	1.410	650.789	1.205	1.652.901
Taxas de amortização - a.a.	3,6%	20%			

Notas Explicativas

A movimentação em 30 de setembro de 2015 é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2014	643.079	796	540.876	494	1.185.245
Adições	65.942	385	189.801	(352)	255.776
Transferências / Reclassificações	63.014	-	(63.014)	-	-
Saldo em 30.09.2015	<u>772.035</u>	<u>1.181</u>	<u>667.663</u>	<u>142</u>	<u>1.441.021</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2014	(60.243)	(453)	-	-	(60.696)
Amortizações	(25.426)	(97)	-	-	(25.523)
Saldo em 30.09.2015	<u>(85.669)</u>	<u>(550)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(86.219)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2014	582.836	343	540.876	494	1.124.549
Saldo em 30.09.2015	686.366	631	667.663	142	1.354.802
Taxas de amortização - %	3,6%	20%			

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Refere-se a obras em andamento tendo como a principal a duplicação da BR101/RJ.

No período findo em 30 de setembro de 2016, a Sociedade capitalizou o montante de R\$39.076 (R\$35.153 em 30 de setembro de 2015) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em 2016 foi de 5,70% a.a. e 7,30% a.a. em 2015.

Notas Explicativas**11. DIFERIDO**

É representado por:

	<u>30.09.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	4.496	4.496
Consumo	4.298	4.298
Custos contratuais da concessão	3.549	3.549
Depreciações e amortizações	80	80
Conservação da rodovia	10.847	10.847
Serviços de terceiros	1.207	1.207
Tributários	1.240	1.240
Resultados financeiros	(351)	(351)
Outros gastos	(12)	(12)
	<u>25.354</u>	<u>25.354</u>
Amortização acumulada	<u>(18.864)</u>	<u>(16.979)</u>
	<u>6.490</u>	<u>8.375</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	Encargos anuais	Vencimento final	30.09.2016		31.12.2015	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,45% a.a.	novembro/2026	55.941	646.375	37.302	666.467
			<u>55.941</u>	<u>646.375</u>	<u>37.302</u>	<u>666.467</u>
Custo de transação			(577)	(4.131)	(945)	(3.889)
Total			<u>55.364</u>	<u>642.244</u>	<u>36.357</u>	<u>662.578</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

- a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2016, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2017	13.976
2018	58.845
2019	63.850
2020	69.277
A partir de 2021	436.296
	<u>642.244</u>

Em 30 de setembro de 2016 não houve alteração nas cláusulas restritivas contidas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

O item “h” das cláusulas restritivas do contrato firmado com o BNDES prevê que:

A Sociedade não deve realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

Em 30 de setembro de 2016 a Sociedade apresenta seu índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD abaixo de 1,3. Conforme mencionado, no entanto, a Sociedade não realizou nenhuma ação que descumpra esta cláusula restritiva.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

Notas Explicativas

13. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 30 de setembro de 2016, o saldo de R\$20.932 (R\$16.231 em 31 de dezembro de 2015), refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$6.753 (R\$8.398 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Estes saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com aquisição de itens do imobilizado e de execução de obras na rodovia.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 e as transações realizadas nos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e de 2015, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	<u>30.09.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
<u>Ativo circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A. (a)	-	44
Total	<u>-</u>	<u>44</u>
 <u>Passivo circulante</u>		
 <u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (e)	-	22.607
Debêntures:		
Debêntures - Arteris S.A. (d)	100.423	-
Contas a pagar:		
Arteris S.A. (b)	985	1.186
 <u>Coligadas</u>		
Fornecedores:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	6.931	41
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (c)	-	286
Total	<u>108.339</u>	<u>24.120</u>

Notas ExplicativasPassivo não circulanteControladoraEmpréstimo:

Mútuos - Arteris S.A. (e)	224.472	181.961
---------------------------	---------	---------

Debêntures:

Debêntures - Arteris S.A. (d)	39.473	127.151
-------------------------------	--------	---------

Total	263.945	309.112
--------------	----------------	----------------

Contas de Resultado:	TRIMESTRE					
	30.09.2016			30.09.2015		
	Conservação da rodovia (c)	Despesas financeiras (d) (e)	Despesas gerais (a) (b)	Conservação da rodovia (c)	Despesas financeiras (d) (e)	Despesas gerais (a) (b)
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	8.282	1.148	-	10.516	883
<u>Coligadas</u>						
Latina Manutenção de Rodovias	-	-	-	13	-	-
Total	-	8.282	1.148	13	10.516	883

Contas de Resultado:	PERÍODO					
	30.09.2016			30.09.2015		
	Conservação da rodovia (c)	Despesas financeiras (d) (e)	Despesas gerais (a) (b)	Conservação da rodovia (c)	Despesas financeiras (d) (e)	Despesas gerais (a) (b)
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	23.413	2.939	-	22.857	2.932
<u>Coligadas</u>						
Latina Manutenção de Rodovias	-	-	-	183	-	-
Total	-	23.413	2.939	183	22.857	2.932

a) Refere-se a despesas administrativas das concessionárias pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas.

b) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo. Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da Holding, baseando-se na receita das empresas do grupo, afim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo.

c) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio para 30 dias.

d) Refere-se a instrumento particular de escrita de 2^a, 3^a e 4^a emissões de debêntures, de série únicas, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Autopista Fluminense S.A (Emissora) e Arteris S.A (Debenturista), cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros previstos respectivamente para 10 de abril 2017, 03 de julho de 2017 e 19 de outubro de 2017.

Notas Explicativas

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	
				30.09.2016	31.12.2015
10.04.2015	abril/2017	CDI + 1,5% a.a.	72.004	14.372	6.479
03.07.2015	julho/2017	CDI + 1,5% a.a.	12.000	2.047	769
19.10.2015	outubro/2017	CDI + 1,5% a.a.	35.000	4.473	899
			<u>119.004</u>	<u>20.892</u>	<u>8.147</u>

e) Decorrentes de contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos de 1,037% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros, a partir de dezembro de 2016 e do principal a partir de dezembro de 2017, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.09.2016		31.12.2015	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
06/10/2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	8.000	9.142	8.000	7.651
27/10/2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	9.000	10.151	9.000	8.485
05/11/2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	6.000	6.726	6.000	5.619
27/11/2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	7.000	7.740	7.000	6.457
05/12/2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	5.000	5.499	5.000	4.586
19/12/2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	8.000	8.722	8.000	7.267
13/09/2013	dezembro/2017	CDI + 1,7% a.a.	18.000	7.406	18.000	5.098
20/12/2013	dezembro/2017	CDI + 1,7% a.a.	20.000	7.565	20.000	5.060
15/01/2014	dezembro/2018	CDI + 1,7% a.a.	20.000	7.181	20.000	4.759
10/02/2014	dezembro/2018	CDI + 1,7% a.a.	20.000	6.997	20.000	4.591
15/05/2014	dezembro/2018	CDI + 1,7% a.a.	20.000	6.343	20.000	3.995
			<u>141.000</u>	<u>83.472</u>	<u>141.000</u>	<u>63.568</u>

No decorrer do trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016, a Sociedade reconheceu, respectivamente, os montantes de R\$358 e R\$1.077 (R\$368 e R\$1.036, respectivamente, em 30 de setembro de 2015), incluindo o rateio da holding, a título de remuneração de seus administradores, conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 29 de março de 2016, sendo a remuneração global anual de até R\$1.000. O valor reconhecido sem o rateio não ultrapassa a remuneração global anual definida. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

15. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados programa de participação no resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos,

Notas Explicativas

estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o Programa de Participação nos Resultados (PPR) registrados em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro 2015, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.843 e R\$2.390.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o exercício que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

16. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 é conforme segue:

	<u>31.12.2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>30.09.2016</u>
Cíveis	2.153	1.646	(340)	(1.029)	2.430
Trabalhistas	97	64	(30)	(37)	94
Regulatórios (*)	-	373	-	-	373
Total	<u>2.250</u>	<u>2.083</u>	<u>(370)</u>	<u>(1.066)</u>	<u>2.897</u>

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 30 de setembro de 2015 é conforme segue:

Notas Explicativas

	<u>31.12.2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Utilizações</u>	<u>30.09.2015</u>
Cíveis	872	1.486	(900)	1.458
Trabalhistas	17	46	-	63
Total	<u>889</u>	<u>1.532</u>	<u>(900)</u>	<u>1.521</u>

(*) A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Periodicamente as concessionárias realizam revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Na última revisão realizada pelos assessores jurídicos da Sociedade houve mudança do prognóstico em decorrência de alterações circunstanciais atreladas aos processos sancionatórios, para os quais a Sociedade entende ser necessária a constituição de provisão. Em 30 de setembro de 2016, a Companhia provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$373.

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$1.044 em 30 de setembro de 2016 (R\$809 em 31 de dezembro de 2015).

Os depósitos judiciais nos montantes de R\$7.756 (R\$7.275 em 31 de dezembro de 2015) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por autos de infrações impostos pela ANTT.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimento durante o exercício findo em 30 de setembro de 2016 é conforme segue:

	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>
	<u>Investimentos em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>
Saldos em 31.12.2015	20.712	-	35.850
Adições/reversões (a)	(5.466)	-	8.935
Utilizações	(6.907)	-	-
Ajuste a valor presente	(17)	-	1.823
Transferências	-	15.059	(15.059)
Saldo em 30.09.2016	<u>8.322</u>	<u>15.059</u>	<u>31.549</u>

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o período findo em 30 de setembro de 2015 é conforme segue:

Notas Explicativas

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
	<u>Investimentos em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>
Saldos em 31.12.2014	24.596	27.657
Adições	-	3.565
Utilizações	(847)	-
Ajuste a valor presente	44	1.136
Transferências	-	-
Saldo em 30.09.2015	<u>23.793</u>	<u>32.358</u>

- a) Refere-se à reversão de provisão dos investimentos futuros em sistema de pesagem móvel, conforme ofício expedido pela ANTT número 432/2016/GEINV/SUINF de 12 de abril de 2016, contendo o parecer técnico número 79/2016/GEINV/SUNIF.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- b) O capital social subscrito em 30 de setembro de 2016 é de R\$676.289 e integralizado é de R\$508.289 (R\$311.289 em 31 de dezembro de 2015), compostos por 426.568.491 ações ordinárias e sem valor nominal (209.187.870 em 31 de dezembro de 2015).

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral os aumentos de capital conforme segue:

<u>Data da Integralização</u>	<u>Forma de Integralização</u>	<u>Valor Integralizado</u>	<u>Quantidade de ações Integralizadas</u>
21.01.2016	Dinheiro	20.000	11.494.253
05.02.2016	Dinheiro	5.000	2.891.845
22.02.2016	Dinheiro	25.000	14.619.883
21.03.2016	Dinheiro	20.000	11.627.907
05.04.2016	Dinheiro	5.000	3.046.923
20.04.2016	Dinheiro	5.000	2.958.580
05.05.2016	Dinheiro	6.000	3.592.814
10.05.2016	Dinheiro	2.000	1.189.768
20.05.2016	Dinheiro	21.000	12.574.850
06.06.2016	Dinheiro	3.000	1.886.792
20.06.2016	Dinheiro	18.000	10.778.443
20.07.2016 (*)	Dinheiro	67.000	140.718.563
		<u>197.000</u>	<u>217.380.621</u>

(*) Em 20 de julho de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Sociedade no valor de R\$235.000, mediante a emissão de 140.718.563 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizados R\$67.000 em dinheiro até 30 de

Notas Explicativas

setembro de 2016. O valor restante de R\$168.000 será integralizado em até seis meses a partir da data da aprovação.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

c) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

18. RECEITAS

Estão representadas por:

	30.09.2016		30.09.2015	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	46.401	137.529	42.625	129.358
Receita de serviços de construção	66.669	217.523	84.949	221.438
Outras receitas	754	925	200	659
	<u>113.824</u>	<u>355.977</u>	<u>127.774</u>	<u>351.455</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	30.09.2016		30.09.2015	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita bruta	113.824	355.977	127.774	351.455
ISSQN	(2.345)	(6.898)	(2.163)	(6.491)
PIS	(317)	(920)	(291)	(854)
COFINS	(1.463)	(4.221)	(1.344)	(3.943)
Receita líquida	<u>109.699</u>	<u>343.938</u>	<u>123.976</u>	<u>340.167</u>

Notas Explicativas**19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

	30.09.2016		30.09.2015	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas:				
Com pessoal	(2.024)	(5.155)	(2.422)	(6.644)
Serviços de terceiros	(722)	(1.550)	225	(1.887)
Manutenção de bens e conservação	(123)	(419)	(34)	(103)
Depreciação / Amortização	(22)	(64)	(32)	(80)
Provisão para contingências cíveis, trabalhistas e fiscais	(1.054)	(1.713)	(563)	(1.532)
Seguros/Garantias	(2)	(6)	(3)	(63)
Consumo	(371)	(1.120)	(350)	(1.012)
Transportes	(60)	(272)	(108)	(332)
Comunicação e marketing	(267)	(667)	(57)	(110)
Outros	(341)	(1.211)	(593)	(1.911)
Total	(4.986)	(12.177)	(3.937)	(13.674)

	30.09.2016		30.09.2015	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Custos de serviços da construção	(66.669)	(217.523)	(84.949)	(221.438)
Com pessoal	(4.349)	(12.864)	(3.975)	(12.767)
Serviços de terceiros	(4.777)	(14.592)	(4.083)	(13.984)
Conservação	(3.088)	(10.077)	(2.795)	(9.782)
Manutenção e conservação de bens móveis e imóveis	(275)	(759)	(124)	(387)
Consumo	(1.099)	(2.905)	(1.043)	(2.787)
Transportes	(700)	(2.040)	(664)	(2.022)
Verba de Fiscalização	(1.136)	(3.370)	(1.026)	(3.054)
Seguros / Garantias	(366)	(1.375)	(576)	(1.541)
Provisão de manutenção em rodovias	(2.786)	(8.935)	(2.556)	(3.565)
Depreciação / Amortização	(14.850)	(39.486)	(9.766)	(27.589)
Outros	(763)	(1.404)	(338)	(1.026)
Total	(100.858)	(315.330)	(111.895)	(299.942)

Notas Explicativas**20. RESULTADO FINANCEIRO**

Estão representados por:

	30.09.2016		30.09.2015	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	319	1.299	764	4.172
Encargos financeiros - reversão de ajuste a valor presente	(13)	17	-	682
Outras receitas	2	393	161	409
Total	<u>308</u>	<u>1.709</u>	<u>925</u>	<u>5.263</u>
	30.09.2016		30.09.2015	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(18.049)	(49.624)	(11.960)	(31.191)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(667)	(1.823)	(677)	(1.862)
Variação cambial	(6)	(7)	(1)	(1)
Outras despesas	(686)	(1.867)	(516)	(1.581)
Total	<u>(19.408)</u>	<u>(53.321)</u>	<u>(13.154)</u>	<u>(34.635)</u>

21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>30.09.2016</u>	<u>30.09.2015</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	20.299	32.325
Juros capitalizados	39.076	35.153
	<u>30.09.2016</u>	<u>30.09.2015</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do exercício	(12.439)	(28.529)

Notas Explicativas

22. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e de 2015 é como segue:

	30.09.2016		30.09.2015	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(15.525)	(36.047)	(4.577)	(4.008)
Alíquota vigente combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	5.279	12.256	1.556	1.363
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Outros ajustes	(17)	(54)	33	43
Crédito (despesa) contabilizada	<u>5.262</u>	<u>12.202</u>	<u>1.589</u>	<u>1.406</u>
Imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	-	-	(59)	(1.355)
Diferido	<u>5.262</u>	<u>12.202</u>	<u>1.648</u>	<u>2.761</u>
	<u>5.262</u>	<u>12.202</u>	<u>1.589</u>	<u>1.406</u>

23. PREJUÍZO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo líquido e a média ponderada do número de ações utilizadas para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

	30.09.2016		30.09.2015	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Básico/Diluído</u>				
Prejuízo líquido do período	(10.263)	(23.845)	(2.988)	(2.602)
Número de ações durante o ano	395.977	296.531	189.759	189.759
Prejuízo por ação	<u>(0,02592)</u>	<u>(0,08041)</u>	<u>(0,01575)</u>	<u>(0,01371)</u>

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante o período findo em 30 de setembro de 2016, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de vencimento de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não detêm instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

Ativos	Nível	30.09.2016	31.12.2015
		Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	12.983	10.372
Aplicações financeiras	Nível 2	245	4.769
Partes relacionadas	Nível 2	-	44
Contas a receber clientes	Nível 2	7.701	8.730
Outras contas a receber	Nível 2	202	127

Notas Explicativas

Passivos	Nível	30.09.2016	31.12.2015
		Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores e cauções	Nível 2	27.685	24.629
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	697.608	698.935
Partes relacionadas	Nível 2	372.284	333.232
Outras contas a pagar	Nível 2	4.831	2.078

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de setembro de 2016, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 30 de setembro de 2016, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e de mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Notas Explicativas

Indicadores	Cenário I	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	11,25%	14,06%	16,88%
Juros a incorrer - Partes relacionadas (*)	(36.069)	(45.044)	(54.004)
Receita de aplicações financeiras (*)	959	1.198	1.438
TJLP	7,50%	9,38%	11,25%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(52.321)	(65.401)	(78.481)
Total	(87.431)	(109.247)	(131.047)

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 30 de setembro de 2016 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$7.200 (R\$8.378 em 31 de dezembro de 2015) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Notas Explicativas

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
BNDES Automático	7,45%	27.130	108.521	108.521	108.521	646.695	999.388
Total		27.130	108.521	108.521	108.521	646.695	999.388

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantém vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de setembro de 2016, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	79.535

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 30 de setembro de 2016 é de R\$5.819.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Sociedade recebeu da Arteris S.A., em 20 de outubro de 2016, o valor de R\$30.000, referente a integralização de capital conforme ata Assembleia Geral Extraordinária do dia 20 de julho de 2016. O valor restante de R\$138.000, será integralizado até janeiro de 2017.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Autopista Fluminense S.A.

São Gonçalo - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autopista Fluminense S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 10 de novembro de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Paulo de Tarso Pereira Jr.

Auditores Independentes Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária Autopista Fluminense S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras trimestrais relativas ao terceiro trimestre de 2016 findo em 30 de setembro de 2016.

São Gonçalo-RJ, 10 de novembro de 2016.

Diretoria

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Odílio de Jesus Ferreira

Diretor Superintendente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária Autopista Fluminense S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU.

São Gonçalo-RJ, 10 de novembro de 2016.

Diretoria

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Odílio de Jesus Ferreira

Diretor Superintendente